3
Um olhar sobre os cursos de licenciaturas no Pará

Neste capítulo, intitulado "Um olhar sobre os cursos de licenciatura no Pará", inicialmente, tentamos situar o leitor, de forma panorâmica, no contexto geográfico, sócio-econômico e cultural, em que se desenvolveu esta investigação, apresentando características do Estado, posto que, nele, estão circunscritos os municípios de Belém, Paragominas, Moju e Vigia que ambientam esta pesquisa.

O percurso, consoante com o exposto anteriormente, requereu um olhar dedicado aos Cursos de Licenciatura no Pará, que resultou nas considerações sobre o ensino superior neste Estado e na Universidade do Estado do Pará - UEPA como única instituição de ensino superior, mantida por verbas públicas estaduais, a ofertar cursos de licenciatura, ao lado de outras (federais e privadas), O olhar também percorreu na proposta curricular do Curso de Letras.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

3.1
O Estado do Pará

Delinear um cenário sobre o estado do Pará, seja geográfico, político, econômico, populacional, educacional ou outro aspecto, mesmo que panoramicamente, não é uma tarefa fácil. Um Estado com grandes dimensões e lugares de difícil acesso, torna quase impossível, para as instituições que trabalham com dados estatísticos, reunir os mesmos elementos. Para complicar, não tem havido vontade política das instituições governamentais para tornar mais ou menos homogêneos, atuais e confiáveis os dados estatísticos de nossa realidade sócio-econômica.

Para quem se debruça sobre o tema "Pará" as dificuldades se multiplicam, diante das variadas fontes que fornecem informações diferentes a respeito do mesmo assunto. Um exemplo marcante dessa ciranda de dados se refere à própria área territorial do Estado. Para este trabalho foram consultados números do IBGE, IDESP e Tribunal de Justiça do Estado - TJE. A área de Belém, por exemplo, é de 1.089,1 km^2 (IBGE); 890,59 km^2 (IDESP) e 736 km^2 (TJE). Temos ainda a área de 515,69 km^2 forneceida pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM),. Isso sem falar nos dados

populacionais. Por questão de coerência, adotamos, para os itens área e população, os dados fornecidos pelo IBGE, por ser instituição oficialmente mais aceita.

Os caminhos semoventes deste estado, o **Pará**, localizado ao centro-oeste da região norte do Brasil (Figura 6)[28] não se configura apenas na geografia, mas também, nas trajetórias educacionais. Pará, que na língua tupi-guarani, é 'o braço direito do rio Amazonas', também já foi denominado Feliz Lusitânia, pelos portugueses quando aqui 'aportaram', e depois substituído por Grão-Pará, que significa 'grande rio'.

Figura 6 – Localização do Estado do Pará no mapa do Brasil

Caracteriza-se por abarcar peculiaridades de um estado tangido por incontáveis rios e para onde se dirige a população ribeirinha de outros tantos lugares igualmente ribeirinhos, bem como por receber um contingente populacional via rodovias, estradas que o interligam aos estados circunvizinhos, que incha as periferias de Belém, sua capital, com o constante êxodo rural de populações em busca da sobrevivência. A Tabela 5 representa uma síntese de dados gerais sobre o Pará.

[28] Fonte: http://www.pa.gov.br/o_para/opara.asp.Acessado em 11/07/10.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

Tabela 5 – Síntese dos dados geo-sócio-econômicos do Pará

O Estado do Pará	
Gentílico: paraense	
Localização	
- Região	Norte
- Estados limítrofes	Amazonas, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Amapá e Roraima
- Mesorregiões	6
- Microrregiões	22
- Municípios	143
Capital	Belém
Área	
- Total	1.247.689,515 km²
População	2009
- Estimativa	7.431.020 hab.
- Densidade	5,9 hab./km²
Economia	2006
- PIB	R$44.376.461
- PIB per capita	R$6.241
Indicadores	2000
- IDH	0, 755 (2005)
- Esper. de vida	71,4 anos
- Mort. infantil	25, 2/mil nasc.
- Analfabetismo	12,5%
Fuso horário	UTC-3
Clima	Equatorial
Sigla	BR-PA

Fonte: **PNAD**/2000

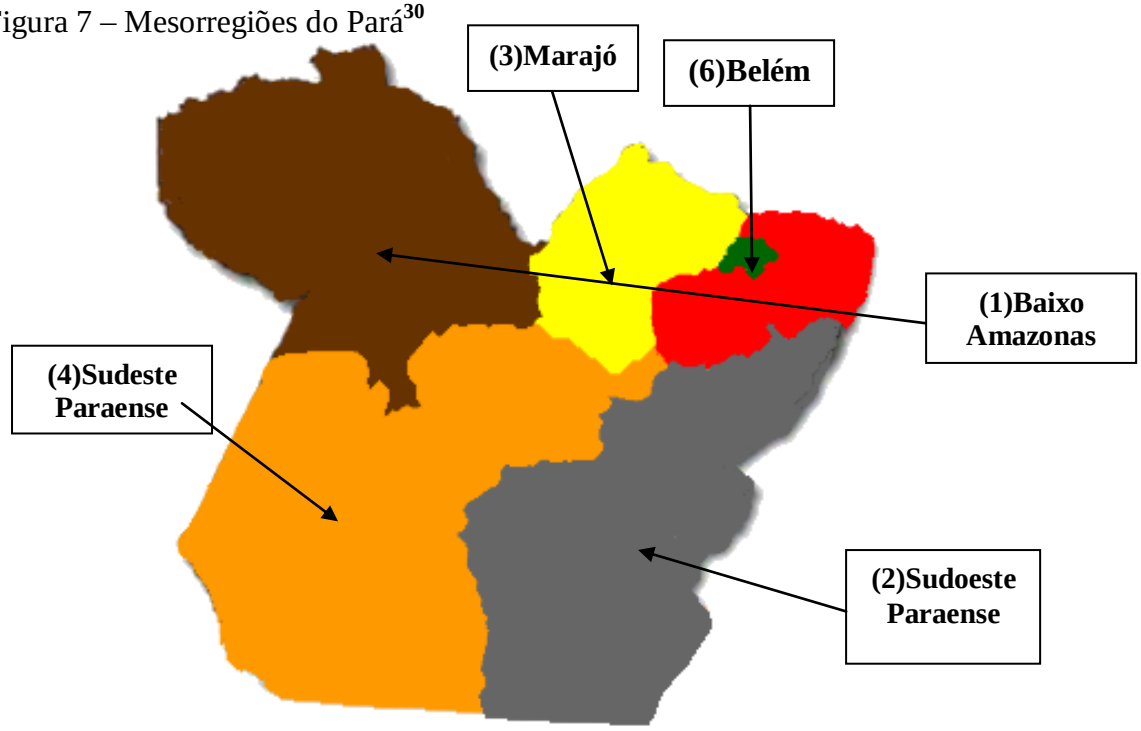
Uma das 27 unidades federativas do Brasil, o Estado do Pará é o segundo maior em extensão territorial nacional, com 1.247.689, 515 Km2, área esta que corresponde a 32% da região Norte e mais de 16% do território brasileiro. Sua população foi estimada em 2009, em 7.431,020 habitantes, distribuídos nos 143 municípios[29].

[29] Disponível em www.ibge.gov.br?estadosat/perfil.php?sigla=pa. Acesso em 03/10/2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

Esses municípios são organizados, em termos regional e político, em 06 mesorregiões e 22 microrregiões. A formação das mesorregiões leva em conta principalmente as semelhanças econômicas, sociais e políticas entre os municípios, enquanto que a das microrregiões considera a estrutura produtiva de cada comunidade econômica e se localizam geograficamente conforme a Figura 7: **(1) Baixo Amazonas, (2) Sudoeste Paraense, (3) Marajó, (4) Sudeste Paraense, (5) Nordeste Paraense e (6) Belém.**

Figura 7 – Mesorregiões do Pará[30]



As 22 microrregiões: Almeirim, Altamira, Arari, Bragantina, Belém, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Furos de Breves, Guamá, Itaituba, Marabá, Óbidos, Parauapebas, Paragominas, Portel, Redenção, Salgado, Santarém, São Félix do Xingu, Tomé Açu e Tucurui, estão destacadas segundo a mesorregião a que pertencem, conforme o Quadro 3

[30] Fonte: http://geomaurotorres.blogspot.com/2009/04/devido-grandeza-de-seu-territorio-o.html. Acesso em 09/07/2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

Quadro 3 – Mesorregiões e respectivos municípios[31]

	MESORREGIÃO	MUNICÍPIOS
1	BAIXO AMAZONAS	Alenquer Juruti Porto de Moz **ALMEIRIM** Monte Alegre Prainha Belterra **OBIDOS** **SANTARÉM** Curuá Oriximiná Terra Santa Faro Placas.
2	SUDOESTE PARAENSE	**ALTAMIRA** Jacareacanga Senador José Porfirio Anapu Medicilândia Trairão Aveiro Novo Progresso Uruará Brasil Novo Pacajá Vitória do Xingu **ITAITUBA** Rurópolis.
3	MARAJÓ	Afuá Curralinho Salvaterra Anajás Gurupá **SANTA CRUZ DO ARARI** Bagre Melgaço São Sebastião da Boa Vista **BREVES** Muaná Soure Cachoeira do Arari Ponta de Pedras Chaves **PORTEL**.
4	SUDESTE PARAENSE	Abel Figueiredo Goianésia do Pará Rio Maria Agua Azul do Norte Itupiranga Rondon do Pará Bannach Jacundá Santa Maria das Barreiras Bom Jesus do Tocantins **MARABÁ** Santana do Araguaia Brejo Grande do Araguaia Nova Ipixuna São Domingos do Araguaia Breu Branco Novo Repartimento **SÃO FÉLIX DO XINGU** Canaã dos Carajás Ourilândia do Norte São Geraldo do Araguaia **CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA** Palestina do Pará São João do Araguaia Cumarú do Norte **PARAGOMINAS** Sapucaia Curionópolis **PARAUAPEBAS** Tucumã Dom Eliseu Pau D'arco **TUCURUÍ** Eldorado do Carajás Piçarra Ulianópolis Floresta do Araguaia **REDENÇÃO** Xinguara.
5	NORDESTE PARAENSE	Abaetetuba Ipixuna do Pará Santa Luzia do Pará Acará Irituia Santa Maria do Pará Augusto Corrêa Limoeiro do Ajuru Santarém Novo Aurora do Pará Mãe do Rio São Caetano de Odivelas Baião Magalhães Barata São Domingos do Capim Bonito Maracanã São Francisco do Pará **BRAGANÇA** Marapanim São João da Ponta Cachoeira do Piriá Mocajuba São João de Pirabas **CAMETÁ** **MOJU** **SÃO MIGUEL DO GUAMÁ** Capanema Nova Esperança do Piriá Tailândia Capitão Poço Nova Timboteua Terra Alta Colares Oeiras do Pará **TOMÉ-AÇU** Concórdia do Pará Ourém Tracuateua Curuçá Peixe-Boi **VIGIA** Garrafão do Norte Primavera Viseu Igarapé-Açu Quatipuru Igarapé-Miri **SALINÓPOLIS**.
6	BELÉM	Ananindeua Bujaru Santa Bárbara do Pará Barcarena **CASTANHAL** Santa Izabel do Pará **BELÉM** Inhangapi Santo Antonio do Tauá Benevides Marituba.

Mesorregião, na verdade, é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade administrativa.

Microrregião é, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, um agrupamento de municípios limítrofes. Sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual. Entretanto, raras são as microrregiões assim definidas. Consequentemente, o termo é muito mais conhecido em função de seu uso prático pelo IBGE que, para fins estatísticos e com base em similaridades econômicas e sociais, divide os diversos estados da federação brasileira em microrregiões.

[31] Fonte: http://geomaurotorres.blogspot.com/2009/04/devido-grandeza-de-seu-territorio-o.html. Acesso em 09/07/2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

Os municípios paraenses, considerando-se a área, são de grande, médio e pequeno porte. Alguns desses são maiores que alguns Estados brasileiros, como é o caso de Altamira – com 161.445,9 km^2 – maior do que o Amapá; Alagoas e Sergipe, um pouco menor que Rondônia, corresponde a 50% da área do Rio Grande do Sul. Além de Altamira, Oriximiná com 108.086 km^2, e São Félix do Xingu, com 84.607,3 km^2, são maiores que Alagoas e Sergipe.

Estes municípios de maior área localizam-se nas Mesorregiões do Sudoeste Paraense, Baixo Amazonas e Sudeste Paraense, que são as mais afastadas da Região Metropolitana de Belém. Os menores municípios, com áreas variando de 202 a 246 km^2, localizam-se no Nordeste Paraense, Microrregiões Bragantina e do Salgado e na Região Metropolitana de Belém. São eles: Terra Alta, Santarém Novo, Primavera, Salinópolis e Benevides.

Quanto à população, de acordo com IBGE (Estimativas de 1994), Belém é o município do estado que ocupa o 1^o lugar, com 1.148.242 habitantes; seguido de Santarém, com 283.125; Marabá com 144.904; Castanhal com 111.168 e Abaetetuba, com 107.076. Belém e Castanhal fazem parte da Região Metropolitana de Belém, e Abaetetuba, do Nordeste Paraense, Mesorregiões localizadas na área de maior densidade demográfica do Estado, cuja média está acima de 25 hab/km^2.

Já Santarém e Marabá são verdadeiras capitais regionais do Baixo Amazonas e do Sudeste Paraense, respectivamente. Os menos populosos são os municípios de Faro, Santarém Novo, Abel Figueiredo, Santa Cruz do Arari e Palestina do Pará. Faro e Santa Cruz do Arari são municípios antigos, localizados no Baixo Amazonas e Marajó, enquanto Santarém Novo, Abel Figueiredo e Palestina do Pará são mais recentes e estão situados em diferentes Mesorregiões.

A Região Metropolitana de Belém e o Nordeste Paraense abrigam alguns dos menores e mais populosos municípios do Pará, enquanto que no Baixo Amazonas, Sudoeste e Sudeste Paraense encontram-se os municípios maiores e menos populosos.

Segundo dados do IBGE/2009, os municípios somatizam, conforme contagem populacional realizada em caráter estimativo para 2009, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população de 7.431.020 habitantes, o que corresponde a 48,30% da população total da região Norte e 3,8 % da população brasileira. Em relação à região Norte do país, o Pará é o estado

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

mais populoso, mas sua densidade demográfica aproximada de 5,9 hab/km^2 indica pequeno povoamento. A maioria de sua população (66%) é residente em áreas urbanas, restando para as áreas rurais o percentual de 34% da população.

Localizado no centro-leste da região Norte, tem limites ao norte com o Suriname e o Amapá, a nordeste com o oceano Atlântico, a leste com o Maranhão, a sudeste com o Tocantins, ao sul com o Mato Grosso, a oeste com o Amazonas e a noroeste com Roraima e a Guiana.

Possui um clima equatorial, que proporciona uma economia diversificada, caracterizada pelo extrativismo (mineral e vegetal), agricultura, pecuária e, também, pela indústria. No século XVII, houve o predomínio da lavoura e pecuária, mas, no século XIX e início do século XX, a exploração da borracha trouxe um grande desenvolvimento para a região, época que ficou conhecida como *Belle Époque*, marcada pelos traços artísticos da *Art Nouveau*. Com desvalorização do produto, a economia paraense sofreu um declínio, voltando a crescer com o desenvolvimento agrícola do sul do Estado na década de 60 e acelerando na década de 70 com a exploração do ferro na Serra de Carajás e do ouro em Serra Pelada.

É conhecido por características culturais peculiares, aliás, como o são todas, portanto representativas da tradição e da força de criação dos movimentos populares, as quais são representadas pelas lendas, religião, ritmos musicais, artesanato, teatro popular e culinária.

Situado na Amazônia brasileira e sendo dotado das maiores reservas de água doce do mundo ocupa, no *ranking* brasileiro, as posições de quinto maior produtor e o terceiro maior exportador de energia do país, posições corroboradas pela existência da usina de geração hídrica no município de Tucuruí - que responde por 90% da energia consumida pelo estado – e o planejamento da construção de novas hidrelétricas, no qual se destaca o complexo de Belo Monte, localizado na mesorregião sudoeste do estado, abrangendo os municípios de Altamira (sede), Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu e com o aproveitamento das águas do rio Xingu o qual, segundo estimativas governamentais, com a potência de 11.233MW, virá a ser a maior usina inteiramente brasileira, visto que a Hidrelétrica de Itaipu se localiza na fronteira do Brasil e Paraguai.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

Por muitos anos, o estado apresentou um quadro que retratava a existência de uma expressiva parcela da população economicamente ativa com necessidade de complementar ou atualizar a formação e recursos humanos para a Educação sem a formação mínima necessária. Entretanto, segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP/2010), em sua análise sobre mudanças no perfil da pobreza no estado, indica que a "superação definitiva das condições de pobreza, tanto no Brasil como no Pará, está na íntima dependência da evolução da economia e de políticas de transferência de renda".

E, ao mesmo tempo, revela indicadores que demonstram "uma redução na ordem de 26,41% na quantidade de paraenses vivendo abaixo da linha de pobreza nos últimos cinco anos", conforme Tabela 6, o que favorece o alcance das metas propostas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), nas quais está inclusa a redução da pobreza extrema pela metade até 2015.

Tabela 6 – Número de pessoas com renda domiciliar per capita inferior à linha da pobreza[32]

Local.	Situação	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	Popul.	181.687.258,00	183.880.894,00	186.020.850,00	188.028.891,00	189.952.795,00
	Popul. Pobre	54.480.709,00	51.971.435,00	44.611.226,00	42.833.341,00	38.368.193,00
	%	29,99	28,26	23,98	22,78	20,20
Pará	Popul.	6.867.235,00	7.001.303,00	7.129.388,00	7.249.110,00	7.367.487,00
	Popul. Pobre	2.958.953,00	2.911.084,00	2.587.206,00	2.422.807,00	2.177.528,00
	%	43,09	41,58	36,29	33,42	29,56

Tais dados indicam uma ascensão sobre a linha de pobreza, ou seja, que a renda domiciliar de quase 26% de indivíduos superou o valor da renda que, naquela data, definia a linha de pobreza, vale ressaltar que tais dados contabilizam uma redução do nível de pobreza em ritmo mais acelerado na área rural do que na urbana.

A Tabela 7 retrata bem a precariedade das condições de vida da população brasileira e, para esse panorama, é grande a contribuição do Estado do Pará.

[32] Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD. Elaboração: Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – IDESP.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

Tabela 7 – Síntese de indicadores sociais 2009 - uma análise das condições de vida da população brasileira

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade	11,9	%
Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade	26,3	%
Arranjos familiares residentes em domicílios particulares	2 149	Mil Famílias
Arranjos familiares, do tipo unipessoal, residentes em domicílios particulares	8,7	%
Arranjos familiares, do tipo casal sem filhos, residentes em domicílios particulares	14,5	%
Arranjos familiares, do tipo casal com filhos, residentes em domicílios particulares	52,4	%
Arranjos familiares, do tipo mulher sem cônjuges com filhos, residentes em domicílios particulares	17,7	%
Famílias, com crianças de 0 a 6 anos de idade, com rendimento familiar per capita até 1/2 SM	54,3	%
Crianças de 0 a 6 anos de idade, com rendimento familiar per capita até 1/2 SM	59,9	%
Freqüência escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, pertencentes ao 1º quinto de rendimento mensal familiar per capita	73,2	%
Freqüência escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, pertencentes ao 5º quinto de rendimento mensal familiar per capita	92,0	%
Jovens de 18 e 19 anos de idade que só trabalham	23,8	%
População de 60 anos ou mais de idade	7,4	%
População de 80 anos ou mais de idade	0,9	%
Pessoas de 60 anos ou mais de idade sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	41,1	%
Pessoas de 60 anos ou mais de idade com rendimento domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo	18,8	%
Pessoas de 60 anos ou mais de idade aposentadas e/ou pensionistas	73,1	%
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça - branca	8,5	%
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça - preta	14,1	%
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça - parda	12,5	%
Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça - branca	7,5	anos de estudo
Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça - preta	6,5	anos de estudo
Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça - parda	6,4	anos de estudo
Pessoas com 12 anos ou mais de estudo e pessoas que freqüentam o ensino superior, distribuição percentual, por sexo - 2007 - homens	41,3	%
Pessoas com 12 anos ou mais de estudo e pessoas que freqüentam o ensino superior, distribuição percentual, por sexo - 2007 - mulheres	58,7	%
Proporção de homens de 10 anos ou mais de idade, que cuidam de afazeres domésticos, ocupados na semana de referência	42,6	%
Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade, que cuidam de afazeres domésticos, ocupados na semana de referência	87,3	%

Fonte: IBGE, PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2008

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

3.2
O cenário paraense do ensino superior

A vasta dimensão territorial do Estado do Pará é entrecortada por muitos e grandes rios; as muitas das rodovias e pequenas estradas que viabilizam a comunicação entre as regiões quase sempre se encontram em condições precárias. Tudo isso dificulta a comunicação entre as regiões que formam os municípios, mais especificamente, o acesso aos grandes centros que dispõem de escolas ou instituições de ensino superior, o que inviabiliza a garantia de uma educação de qualidade. Como conseqüência, há sempre o confronto com situações em que inexiste a oferta necessária de vagas e de condições adequadas para um processo de ensino aprendizagem com saúde, estrutura, acompanhamento e dignidade.

Discorrer sobre o ensino superior no estado do Pará requer uma incursão em um contexto maior, o do Brasil, haja vista que, assim como os recortes favorecem a construção de análises contextualizadas capazes de serem fontes para a produção de generalizações, é necessário o estabelecimento da relação entre os aspectos pertinentes aos níveis macro e micro que compõem a realidade histórica e contextualizada. Assim, para uma melhor compreensão da "evolução" do ensino superior no estado do Pará se faz necessário retroagir no tempo da história brasileira.

As referências sobre a história do ensino superior no Pará remontam à segunda metade do século XIX, apresentando com um ritmo lento até a década de 30 do século seguinte, quando ganham uma dinâmica mais acelerada.

A instalação da família real portuguesa no Brasil em 1808 propiciou a criação das primeiras instituições de ensino superior, abrindo espaço para que, ao longo do tempo, outras fossem criadas, apesar de, somente na década de 20, ter havido a criação da Universidade do Rio de Janeiro ou do Brasil como foi chamada. Constituída pela integração de várias faculdades criadas anteriormente, concretizou uma luta vivenciada no contexto político da época, que atravessou o período colonial e o imperial, culminando no republicano, mais precisamente, na República Velha (1889-1930).

O contexto brasileiro, a partir de 1930, diferentemente da época anterior, que foi marcada pela implantação do perfil republicano de governo, com base na conciliação da política e da estrutura econômica do país, caracterizou-se pelo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

processamento de transformações políticas, sociais, econômicas e culturais, panorama que, no que tange às questões educacionais, motivou uma intensa busca pela consolidação da educação superior.

O período entre a segunda metade do século XIX e início do século XX foi marcado pelos traços artísticos da Art Nouveau, conhecido como Belle Èpoque. Nesse tempo, o Pará vivenciou uma época na qual houve um grande crescimento da economia, com a extração do látex e a exploração da borracha e, consequentemente, a exportação do produto em índices significativos, situação que viabilizou a geração de altos lucros para a região.

Essa aceleração da economia trouxe o enriquecimento de uma classe ilustrada e, em contrapartida, a expansão de um movimento cultural, visitas freqüentes de naturalistas, artistas e aventureiros, embelezamento e urbanização da cidade de Belém - sua capital – garantindo o *status* para a mesma se tornar a metrópole da Amazônia. Na Figura 8, podemos pelo espaço geográfico, observar o aspecto econômico.

Figura 8 – A economia paraense: da floresta à cidade

Fonte: http**://geomaurotorres.blogspot.com/2009/04/devido-grandeza-de-seu-território-o.html. Acesso em 09/07/2010**

No período de 1870 – 1910, a borracha na Amazônia atingiu a sua fase áurea e, quando começou a ser desvalorizada no inicio do século XX, trouxe uma depressão econômica pra a região. Essa fase crítica da economia coincidiu com o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

incremento do ensino superior, posto que, antes de 1910, o estado já contava com duas IES, a de Direito (1902) e a de Farmácia (1904) e, a partir de 1910, em um contexto sócio econômico ainda com resquícios da época efervescente, houve um aumento considerável no quantitativo de instituições de ensino superior, como: Odontologia (1914), Agronomia (1918), Medicina (1919), Química (1920), Engenharia (1931).

A justificativa para o contraste entre a situação crítica da economia paraense e a evolução do ensino superior é encontrada em Nadai (1987:117) quando afirma que a criação das instituições de ensino superior no Brasil, nessa época, era perpassada por uma ideologia que apontava para o papel das mesmas como propagadoras do progresso e modernização. Isso se considerarmos que, no estado do Pará, essa ideologia esteve presente no momento de criação das IES, como uma forma compensatória para a perda da hegemonia obtida durante a áurea época da borracha.

Em 1924, um grupo de intelectuais de Belém dispôs-se a criar a Universidade Livre do Pará com a finalidade de propagar idéias gerais, por meio da realização de conferências a serem realizadas semanalmente sobre temáticas da livre escolha dos professores conferencistas. A duração dessa iniciativa foi breve, pois apesar do desejo e disposição de um grupo social constituído por intelectuais da época em dotar Belém de uma universidade, a indiferença pública amorteceu essa magnífica iniciativa.

Em 1946 foi criada pelo Governo do Estado a Faculdade de Filosofia do Pará, integrando os cursos de Filosofia, Matemática, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Pedagogia e Didática, a qual, apesar de autorizada para funcionar pelo Conselho Nacional de Educação em fevereiro de 1947, teve o início de suas atividades acadêmicas adiado para o ano letivo seguinte, sendo, entretanto, extinta nesse mesmo ano.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1948) de Belém, criada e mantida pela Sociedade Civil de Agronomia e Veterinária do Pará – posteriormente denominada de Centro Propagador das Ciências e Fundação Educacional Visconde de Souza Franco – iniciou efetivamente suas atividades acadêmicas em 1955, com os cursos de Letras Clássicas, Matemática, História e Geografia e Pedagogia **(**Bassalo, 1985:23**)**. Tinha por objetivo formar profissionais para o magistério por meio dos cursos de licenciaturas. Mas, em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

1958, foi substituída pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Pará, perdurando até 1969, quando foi extinta em virtude da reestruturação da IES em centros.

Em 1957, após cinco anos de tramitação legislativa, foi criada a Universidade do Pará, sob a égide do governo federal, congregando as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Em 1969 essa instituição foi reestruturada, ou seja, as faculdades existentes foram extintas, a estrutura departamental foi definida e foram criados os centros de Educação, Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Exatas e Naturais, Ciências Biológicas e Letras e Artes.

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) substituiu, em 2002, a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), a qual, substituindo Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), iniciou suas atividades em 1971. Essa última substituiu em 1951, a Escola de Agronomia do Pará, criada em 1918.

No âmbito do ensino público superior estadual, a referência é o ano de 1944, com a criação da Escola de Enfermagem do Pará e a oferta do Curso de Enfermagem e Obstetrícia, a qual, implantada pelos sanitaristas João de Barros Barreto e Waldir Bouhid, objetivava a melhoria do atendimento à saúde da população.

Em 1961, foi implantada a Fundação Educacional do Estado do Pará – FEP, dotada de autonomia didático, administrativa e financeira, vinculada à Secretaria Estadual de Educação do Pará, então responsável pela política de ensino médio e superior do estado. Em 1966, a FEP incorporou a Escola de Enfermagem do Pará, a qual passou a ser denominada de Escola de Enfermagem Magalhães Barata e, com este procedimento, a fundação passou a ser a entidade mantenedora do ensino superior estadual.

Em 1967, para atender uma demanda relativa à carência de professores para a rede estadual de ensino, face à LDB 4024/64, o governo do estado criou o curso superior de Educação Física, com o funcionamento subordinado a FEP, Mas, em 1970, o mesmo passou a funcionar como Escola Superior de Educação Física do Pará, ainda sob a tutela da FEP.

Além da criação da Escola Superior de Educação Física, nos primeiros anos da década de 70, ocorreu uma ampliação no ensino superior na rede estadual

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

com a criação da Faculdade Estadual de Medicina do Pará, que ofertou, primeiramente, o Curso de Medicina, para depois, sob a coordenação da FEP, oferecer a sociedade paraense, mais dois cursos na área da saúde: Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Em 1983, foi criada a Faculdade Estadual de Educação, com os seguintes cursos: Pedagogia, Educação Artística e Matemática. Já em 1989, foi implantado o Instituto Superior de Educação do Pará – ISEP, vinculado inicialmente a Secretaria de Estado de Educação, com o curso de Formação de Professores para Pré-Escolar e 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, uma experiência nova para a área educacional, em termos curriculares e metodológicos.

A fase inicial do ensino superior estadual do Pará caracterizou-se pela criação de cursos isolados voltados para a formação de profissionais para o mercado de trabalho, pela ênfase dada para a dimensão do ensino e pela dispersão da infra estrutura física em diversas escolas isoladas. As ações desenvolvidas por essas Faculdades/Cursos, ao nível de ensino, pesquisa e extensão, constituíram-se como núcleos geradores para a transformação da Fundação Educacional do Pará em Universidade, no ano de 1993, respaldada pela competência acadêmica instalada desde o surgimento de seus cursos de graduação e pós-graduação, predominantemente, *latu sensu.* Absorveu as seguintes unidades e cursos: Faculdade Estadual de Medicina do Pará (Medicina, Fisioterapia e Terapia Ocupacional), Escola Superior de Educação Física (Educação Física), Escola de Enfermagem Magalhães Barata (Enfermagem e Obstetrícia), Faculdade Estadual de Educação do Pará (Pedagogia, Matemática, Educação Artística), Instituto Superior de Educação do Estado do Pará (Formação de Professores para o Pré-Escolar e 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental).

O ensino superior no Pará, ao longo das décadas, foi mantido, predominantemente, pelo setor público, tanto que, somente na década de 70, no contexto da Reforma Universitária de 1968, foi autorizada a atuação do setor privado nesse nível de ensino. Assim, em 1973 foram criadas as Faculdades Integradas Colégio Moderno (FICOM) e o Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará (CESEP), nascido em 1974, no Colégio Santa Rosa, as quais em 1987 foram fundidas, surgindo a UNESPA – União das Escolas Superiores do Pará, que em 1993 foi transformada na Universidade da Amazônia – UNAMA.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

Segundo dados do MEC/INEP/DAES (2006), ao final dos anos 90, existiam no Pará nove instituições de ensino superior, sendo cinco vinculadas ao setor público e o restante ao setor privado. Esse quantitativo em 2004 ampliou de nove para vinte e cinco instituições, crescimento impulsionado pela criação de IES mantidas pelo setor privado. Esse panorama relativo à expansão de IES no Pará continua, pois o setor público, em termos quantitativos, permanece o mesmo, ocorrendo o crescimento sob a égide do setor privado, conforme Tabela 8.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

Tabela 8 – Instituições segundo a categoria administrativa – Pará.

Pública	Federal	Universidade	Belém	Universidade Federal do Pará	UFPA	2/7/1957*
				Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	5/12/1945
		Centro de Educação Tecnológica	Belém	Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará	CEFET-PA	23/3/1999
	Estadual	Universidade	Belém	Universidade do Estado do Pará	UEPA	30/1/1996
	Comum/ Confes Filantrópica	Instituto	Santarém	Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém	ILES	24/12/1998
		Faculdade	Belém	Faculdade Teológica Batista Equatorial	FATEBE	16/12/2002
		Faculdade	Capanema	Faculdade Pan Americana	FPA	9/11/2004
Privada	Particular	Universidade	Belém	Universidade da Amazônia	UNAMA	20/06/1974
		Centro Universitário	Belém	Centro Universitário do Estado do Pará	CESUPA	6/1/1989
		Faculdade Integrada	Santarém	Faculdades Integradas do Tapajós	ISES	24/2/1998
		Faculdade Tecnológica	Belém	Faculdade de Tecnologia da Amazônia	FAZ	20/12/2002
		Faculdade	Belém	Faculdade Ideal	FACI	20/12/1999
		Instituto	Belém	Instituto de Estudos Superiores da Amazônia	IESAM	30/5/2000
		Instituto	Santarém	Instituto Esperança de Ensino Superior	IESPES	20/03/2001
		Faculdade	Belém	Faculdade do Pará	FAP	21/6/2002
		Faculdade	Itaituba	Faculdade de Itaituba	FAI	16/9/2003
		Instituto	Belém	Instituto Superior de Educação Ideal	ISEI	5/8/2002
		Escola	Ananindeua	Escola Superior Madre Celeste	ESMAC	18/12/2001

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

Faculdade	Belém	Faculdade Integrada Brasil Amazônia	FIBRA	15/9/2003
Faculdade	Belém	Faculdade Acesso		20/10/2005
Faculdade	Belém	Faculdade de Estudos Avançados do Pará	FEAPA	27/3/2002
Faculdade	Tucurui	Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel	FATEFIG	27/3/2002
Faculdade	Itaituba	Faculdade do Tapajós	FAT	4/7/2005
Instituto	Itaituba	Instituto de Educação Superior do Tapajós	-	4/7/2005
Escola	Belém	Escola Superior da Amazônia	ESAMAZ	12/8/2004
Faculdade	Belém	Faculdade de Belém	FABEL	18/3/2004
Instituto	Belém	Instituto de Ensino Superior do Pará	-	18/11/2003
Faculdade	Redenção	Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida	FESAR	27/9/2004
Faculdade	Ananindeua	Faculdade da Amazônia	FAMA	3/8/2004

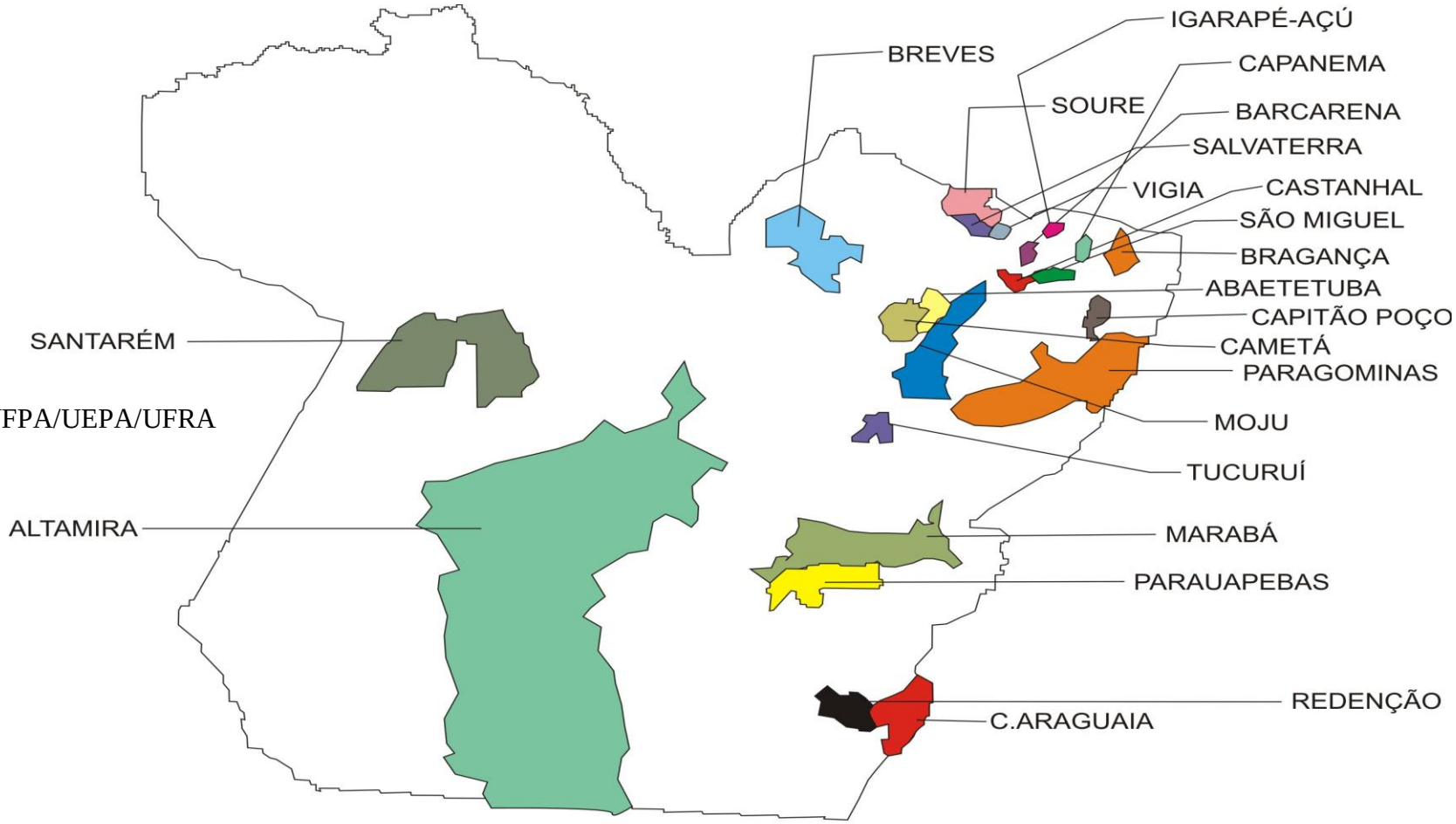
Fonte: MEC/INEP – 2006. *Data da Publicação no Diário Oficial do Estado

.

A expansão, para além dos limites da área metropolitana, ocorre tanto no setor privado como no público. No privado, essa expansão ocorreu pela criação de novas unidades. Já no setor público, as universidades, estruturadas em vários espaços, viabilizaram o acesso ao ensino superior a um significativo número de pessoas que era alijado do processo, em decorrência das distâncias e das dificuldades de acesso entre os municípios, bem como entre eles e a capital. Esse acesso foi, de certa forma, um pouco mais facilitado, com a oferta de turmas de cursos já existentes, nos campi das IES, atualmente, os quais abrangem os municípios indicados na Figura 9.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

Figura 9 – Localização dos campi das IES/Município



Fonte: UFPA/UEPA/UFRA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

São 28 os campi das três instituições públicas de ensino superior, além dos sediados na capital, ressaltando que o município de Santarém acolhe as três instituições e que em Altamira, Cametá, Marabá e Tucuruí há o desenvolvimento de atividades universitárias da UFPA e UEPA.

A UFPA iniciou a interiorização de suas ações universitárias no ano de 1971, com a realização de cursos especiais de Licenciatura curta nas áreas de: Letras, Estudos Sociais e Ciências Naturais destinados a preparação de docentes de 1º e 2º graus e de Cursos de Licenciatura Plena para a formação de administradores e supervisores escolares. A primeira experiência de interiorização realizada pela UEPA foi a oferta do Curso de Pedagogia no município de Conceição do Araguaia, mas, a partir de 1993, passaram a funcionar, no chamado sistema modular de ensino, os cursos mais antigos da instituição - Enfermagem e Educação Física – nos municípios de Altamira, Paragominas, Conceição do Araguaia e Marabá. A UFRA iniciou suas atividades no interior do Estado, mais propriamente no município de Parauapebas, no ano de 2001, objetivando o desenvolvimento sócio econômico do meio rural e a preservação de meio ambiente.

Segundo dados do Censo de Ensino Superior - 2008, o Pará possui 31 instituições de ensino superior, destas, 19 na capital e 12 no interior do Estado, considerando o tipo de instituição, conforme mostra a Tabela 9.

Tabela 9 – Quantitativo de instituições segundo a organização acadêmica – Pará

Categoria Administrativa		Instituições														
		Universidade			Centro Universitário			Faculdade			CEFET e IFET			Total Geral		
		C	I	Tot	C	I	Tot	C	I	Tot	C	I	Tot	C	I	Tot
Públicas	Federal	2	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	1	3	-	3
	Estadual	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Privada	Particular	1	-	1	1	-	1	12	10	22	-	-	-	14	10	24
	Comum/ Confes / Filant.	-	-	-	-	1	1	1	1	2	-	-	-	1	2	3
	Total	4	-	4	1	1	2	13	11	24	1	-	1	19	12	31

Fonte: MEC/INEP – 2006.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

Vale ressaltar que essa expansão foi impulsionada pelas necessidades e exigências econômicas, sociais, culturais e tecnológicas do Estado e dinamizada pelas políticas de interiorização das ações de ensino, pesquisa e extensão das IES que objetivavam o atendimento das demandas formativas apresentadas pelo Estado. A própria lei 9394/96, em seu parágrafo 4 do Artigo 87, preconizando a habilitação em nível superior ou a formação de treinamento em serviço de todos os professores até o final da Década da Educação, que incidia no ano de 2006, propiciou o surgimento de diversos programas especiais de formação continuada de professores, no final da década de 1990, nas IES públicas e privadas, oriundos de iniciativas das próprias instituições como da celebração de convênios entre elas e, dentre outros, o governo estadual e o municipal. Tal situação impulsionou os estudos e pesquisas nas áreas de educação, saúde, ciência e tecnologia da região amazônica.

No âmbito do setor público, se for considerado o quantitativo de 143 municípios existentes e o daqueles que sediam os campi universitários, certamente, pode haver a pressuposição de que muito pouco tem sido feito em relação ao acesso do ensino superior. Entretanto, vale ressaltar que, em geral, quando são viabilizadas ações universitárias no interior do estado, os campi universitários ou outros espaços que sediam as mesmas se constituem como núcleos irradiadores das ações, posto que as turmas dos cursos ofertados congregam alunos residentes no município sede da ação, como também, de municípios circunvizinhos.

A título de exemplo, a UEPA, em 2002 fez parte de um consórcio interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC e as instituições UEPA, UFPA e UNAMA, que objetivava a formação de licenciados em Letras, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Educação Artística e Letras, como forma de reduzir a carência desses profissionais no estado. Suas ações realizaram em Ananindeua, Belém, Castanhal, Conceição do Araguaia, Santarém e Soure, com os cursos de Letras, Ciências Naturais e Matemática.

As turmas desses municípios foram constituídas por alunos residentes nos municípios que sediaram as ações, como também de residentes de 49 municípios: Abaetetuba, Acará, Alenquer, Aveiro, Barcarena, Belterra, Benevides, Bom Jesus do Tocantins, Breu Branco, Breves, Cachoeira do Arari, Capanema, Cumaru do Norte, Curianópolis, Curralinho, Dom Eliseu, Eldorado do Carajás, Faro, Floresta

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

do Araguaia, Gurupá, Igarapé-Miri, Itaituba, Itupiranga, Juruti, Marabá, Marapanim, Marituba, Monte Alegre, Nova Ipixuna, Irituia, Óbidos, Oriximiná, Pau D'Arco, Parauapebas, Placas, Ponta de Pedras, Prainha, Redenção, Rio Maria, Rurópolis, Santana do Araguaia, Santa Isabel, Santa Maria das Barreiras, São Geraldo do Araguaia, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, Terra Santa, Vigia, Xinguara (Tabela 10).

Tabela 10 – Cursos/Turmas – Consórcio interinstitucional SEDUC/UEPA

CURSOS	MUNICÍPIOS	Nº DE TURMAS	Nº DE ALUNOS
LETRAS	SANTARÉM	02	108
	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	02	104
CIÊNCIAS NATURAIS	BELÉM/ANANINDEUA	03	150
	CASTANHAL	02	100
	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	02	102
	SANTARÉM	01	50
	SOURE	01	52
MATEMÁTICA	BELÉM/ANANINDEUA	05	250
	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	02	100
Total		20	1.016

Fonte: CCSE/UEPA/2009

As instituições de ensino superior do Estado têm desenvolvido esforço considerável para democratizar o acesso à educação superior, ampliando o quantitativo de oportunidades e colocando-as à disposição daqueles que as pleiteiam. Mas o contingente de candidatos a essas oportunidades cresce de forma acelerada e o acesso ao contexto universitário fica cada vez mais vinculado às diferenças sócio-econômicas.

Uma estratégia nas políticas de expansão de ensino superior que, nos últimos tempos, passou a ser utilizada nos espaços universitários foi o ensino a distância. Esta modalidade de educação, no artigo 1 do Decreto 5.622/05 é caracterizada "como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

As primeiras discussões sobre educação a distância no Estado iniciaram em 1992 na Universidade Federal do Pará, as quais culminaram no Programa de Educação a Distância, em 1996, como opção de democratização do acesso ao

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

saber. Na Universidade do Estado do Pará, em 1998, houve a implantação do Núcleo de Educação Continuada e a Distância - NECAD/UEPA, o qual trazia o objetivo de ser, no interior da instituição, um efetivo suporte tecnológico para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão, principalmente, no que tange à formação de uma estrutura de apoio para a operacionalização de cursos de Educação Continuada e a Distância.

No âmbito das iniciativas do governo federal, no referente à democratização do ensino superior, vale ressaltar o programa Pró-licenciatura, resultado da parceria entre governo e IES. Esse programa oferece formação inicial a distância a professores em exercício nos anos/séries finais do ensino fundamental ou ensino médio dos sistemas públicos de ensino; o Programa Universidade Aberta do Brasil que se constitui em um sistema integrado por universidades públicas e oferece formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância; o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR que objetiva a qualificação de professores em exercício nas escolas públicas, sem a formação adequada, a ser desenvolvida pelas IES sediadas nos estados e municípios que firmaram, via secretarias de educação, parceria com o Ministério da Educação – MEC.

Atualmente, a política estadual de fomento se assenta na busca pelo desenvolvimento sustentável do Estado do Pará, na qual a base produtiva industrial tem sido estimulada em termos de modernização, diversificação e ampliação, tendo como pontos de partida os componentes de sustentabilidade ambiental, difusão tecnológica, inclusão social e aumento de produtividade. Mesmo assim, dentre outras questões, a precariedade de renda e a intensa mobilidade espacial da população se refletem no sistema educacional paraense.

No Estado do Pará, considerando as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelas instituições de ensino superior, particulares ou públicas e o Centro de Educação Tecnológica, é observável que as mesmas, em face da globalização, vêm sofrendo mudanças significativas, o que induz a consolidação do compromisso em contribuir para o crescimento do Estado, no sentido de qualificar a mão de obra, predisposta a desenvolver os conhecimentos adquiridos no próprio estado, como forma de reconhecer a riqueza de recursos naturais existentes, os quais são produtores de capitais que precisam ser alocados em prol do desenvolvimento regional.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

3.3
UEPA: a instituição de ensino superior do estado do Pará

O Estado do Pará, situado na região Amazônica, como todos os demais, é imerso em um cenário marcado por diversidade de toda ordem que requer, das IES, a formação de profissionais que atenda às demandas, em especial, aquelas que emergem dos segmentos sociais, partícipes do mercado de trabalho, estreitando assim o vínculo entre sistema de ensino e políticas públicas que não ignorem o modelo econômico segregador vigente.

Segundo seu Estatuto e Regimento Geral[33], a UEPA é uma "autarquia de regime especial e estrutura multicampi, goza de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial" (p.9). Com ações colegiadas, cumpre a responsabilidade de agente propulsionador do desenvolvimento regional, absorvendo, via o desenvolvimento dos cursos que oferta, os conteúdos sociais presentes nas políticas e diretrizes de ação do Estado, nas exigências da sociedade brasileira em transformação e, particularmente, nas necessidades e imperativos da Região Amazônica, com a finalidade de, após a realização de estudos e debates sobre questões locais, regionais e nacionais, contribuir para a solução de problemas, bem como possibilitar a produção de saberes, na perspectiva da construção de uma nova sociedade. Não podemos esquecer que a universidade, como uma instituição social, está inserida em um contexto marcado pela tendência à globalização e reflete em seu interior as determinações e contradições desse mesmo contexto.

Ainda com base no inscrito em seu Estatuto e Regimento Geral, a UEPA deve cumprir a política de assegurar o pluralismo de idéias, por meio da plena liberdade de pesquisar, de ensinar, de aprender e de trabalhar o conhecimento produzido e investir na produção de conhecimento e no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, visando a qualificação de recursos humanos para atender ao mercado de trabalho regional e nacional, com base na formação do homem para o exercício da cidadania.

[33] Documento oficial que define a identidade da instituição e sua comunidade acadêmica e viabiliza a sustentação jurídica para a construção de um conjunto de diretrizes que norteiam a elaboração e execução dos planejamentos inerentes à ação pedagógica dos cursos ofertados pela instituição de ensino superior.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

A UEPA, segundo o mesmo documento, congrega o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Naturais e Tecnologia (CCNT) e Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE), os quais, em campos de conhecimento diferentes, desenvolvem, de forma articulada, atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3.4
O Curso de Letras da UEPA

Antes do advento do currículo mínimo para o curso de Letras, as matrizes curriculares existentes se constituíam de conjuntos de línguas e suas respectivas literaturas somadas ao grupo das línguas neolatinas. Com o parecer nº 283 de Valnir Chagas, o então CFE[34] aprovou em 19.10.1962 a primeira proposta de currículo mínimo, cujo texto legal, em seu artigo primeiro[35] explicitava a composição curricular dos cursos.

Nessa proposta, a formação pedagógica não foi incluída. Entretanto com a Resolução nº 9 de 10.10.1969, vigente a partir do ano letivo de 1970, foi estabelecido que o ensino das disciplinas que a constituíam seria ministrado, com duração mínima de, "pelo menos, um oitavo (1/8) das horas de trabalho fixadas" [36]. Foi, também, inclusa a Prática de Ensino sob forma de estágio supervisionado, com caráter obrigatório e desenvolvida em situações reais.

Em 2001, foram aprovadas diretrizes para o curso de Letras, que estabelecem uma estrutura flexível para o mesmo e propiciam que o currículo deixe de ser sinônimo de disciplinas e passe a ser compreendido como "todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso". Em relação aos professores, essas diretrizes duplicam o seu papel, posto que além da

[34]Conselho Federal de Educação (CEF).
[35]O art. 1º. dizia: O currículo mínimo dos cursos que habilitam à licenciatura em Letras compreende 8 (oito) matérias escolhidas na forma a seguir indicada, além das matérias fixadas em Resolução Especial: 1-Língua Portuguesa; 2-Literatura Portuguesa; 3-Literatura Brasileira; 4-Língua Latina; 5-Lingüística; 6-8-são matérias escolhidas dentre as seguintes (Cultura Brasileira, Teoria Literária, uma Língua Estrangeira moderna, Literatura correspondente à língua escolhida na forma da letra anterior; Literatura Latina, Filologia Românica, Língua Grega e Literatura Grega. A escolha dos itens c e g importa em obrigatoriedade das matérias constantes das letras d e h.
[36]Resolução 09/69/ Art. 1º - Os currículos mínimos dos cursos que habilitem ao exercício do magistério, em escolas de 2º grau, abrangerão as matérias de conteúdo fixadas em cada caso e as seguintes matérias pedagógicas: a) Psicologia da Educação (focalizando pelo menos os aspectos da Adolescência e Aprendizagem), b) Didática; c) Estrutura e Funcionamento de Ensino de 2º grau.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

responsabilidade pelos conteúdos, os mesmos passam a assumir a função de orientador, com grande amplitude de influência na "qualidade da formação do aluno".

A Universidade do Estado do Pará, em seu projeto institucional, à época de sua criação e implantação, nos idos de 93, previa a existência do Curso de Letras entre os demais a serem ofertados por ela, para atender uma exigência legal inscrita na Resolução nº 03/91[37]. A legalidade aliada ao objetivo da UEPA em contribuir para o desenvolvimento do Interior do Estado foi a razão de, no referido projeto, a oferta do Curso de Letras estar destinada para o município de Tucuruí/Pará.

Com essa perspectiva, foi criado[38] o Curso de Letras com as modalidades Bacharelado em Secretariado Executivo Trilíngue, Licenciatura Plena em Língua Portuguesa, Licenciatura Plena em Língua Inglesa e Licenciatura Plena em Língua Espanhola. Sua implantação[39] foi autorizada para o ano de 2000, tendo sido efetivada naquele mesmo ano, sendo o Bacharelado em Secretariado Executivo Trilíngue com desenvolvimento previsto para a capital e a Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, de natureza intervalar/modular, destinado exclusivamente ao atendimento da demanda do interior do Estado, mais especificamente, no município de Redenção.

Se a exigência legal, acima citada, perdeu relevância com o advento da nova Lei de Diretrizes e Bases, cujo texto deu maior flexibilidade e liberdade às Universidades para configuração de seus cursos, as necessidades do Estado do Pará cresceram na busca permanente do desenvolvimento, mormente em seu interior. Assim, a continuidade da implantação do curso iniciou em setembro/2001, nos municípios de São Miguel do Guamá, Conceição do Araguaia e Igarapé-Açu, em atendimento às necessidades no que se refere à redução do quantitativo de professores, sem a qualificação devida, presente, ainda nos quadros funcionais desses municípios.

[37]A resolução estabelecia que as Universidades deveriam oferecer pelo menos "quatro cursos nas áreas fundamentais das ciências exatas e naturais, das ciências humanas e das letras e artes.
[38]A Resolução 341/99 de 13 de agosto de 1999 estabelece a criação do Curso de Letras de conformidade com o Projeto Político Pedagógico apresentado pelo Departamento de Língua e Literatura, do Centro de Ciências Sociais e Educação.
[39]A implantação do Curso de Letras foi estabelecida pelas resoluções de N. º 2333/2001-CONCEN e N.º 619/2001-CONSUN/UEPA.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

O PPP, em virtude da legislação do ensino superior, sofreu alteração[40] no tocante ao cumprimento da carga horária das disciplinas versus dias letivos. Em 2001, o curso foi submetido a uma avaliação, procedida pelo CEE/PA, obtendo parecer favorável ao seu funcionamento[41], apesar de algumas recomendações emitidas. Entre elas, se destacou a que sugeria a separação dos projetos políticos pedagógicos, ou seja, um para o Curso de Letras e outro para o Curso de Secretariado Executivo Trilíngue, em virtude de diferentes especificidades encontradas nos objetivos gerais e específicos, nas competências e habilidades a serem adquiridas, no ementário e, sobretudo no perfil dos profissionais a serem formados. As recomendações culminaram na elaboração de uma nova proposta pedagógica[42] considerando a Resolução N. º 18 – Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Ensino Superior, de 13.03.02 e as exigências requeridas pela sociedade brasileira em transformação.

O PPP, em vigor, construído para nortear as atividades do Curso de Licenciatura Plena em Língua Portuguesa, fundamenta-se no princípio de democratização que consubstancia a autonomia curricular, no sentido de atender as necessidades de formação dos alunos. Nessa perspectiva, possibilita a comunidade acadêmica tomar decisões significativas para a vida dos alunos, acerca das disciplinas que irão compor o Currículo do Curso, programar as atividades culturais de acordo com a cultura de cada município, onde será ofertado e desenvolvido.

Esse projeto possui uma característica descentralizadora que proporciona vantagens que decorrem da tomada de consciência de professores e alunos do Curso sobre as funções de Ensino, Pesquisa e Extensão, por meio das quais a UEPA, cumpre seu papel socializador, contribuindo para definir e valorizar a cultura dos habitantes dos municípios do Estado do Pará. Essas vantagens se referem ao ajustamento dos alunos à comunidade e ao curso, pela consciência que

[40]A alteração foi aprovada pelas Resoluções N. º 227/2001-CONCEN-CCSE e N.º 629/2001-CONSUN-UEPA.

[41]As Resoluções N. º 362, 363, 364 e 365 de 2001 legalizaram o funcionamento do Curso de Graduação em Letras – Bacharelado em Secretariado Executivo Trilíngue em Belém, do Curso de Graduação em Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa nos municípios de São Miguel do Guamá, Conceição do Araguaia, Igarapé-Açu e Redenção, e dos Cursos de Graduação em Letras – Licenciatura em Língua Espanhola e Licenciatura Plena em Inglês no município de Belém. Os dois últimos, embora autorizados, não foram ofertados pela instituição de ensino.

[42]Em novembro de (2001 e 2001), durante a realização dos eventos I e II INTERLETRAS, foram procedidas a socialização dos resultados da avaliação bem como a operacionalização de ações tendo em vista o atendimento das recomendações feitas pela comissão avaliadora do CEE/PA.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

adquirem da importância de preparar-se para servir a sociedade, em função do bem estar social; ao estímulo dos professores à motivação profissional; às inovações procedidas com base na realidade contextual; e, ao aprofundamento do sentimento democrático, por meio da responsabilidade co-participada pelas instâncias e pelo coletivo.

Assim, os aspectos culturais dos municípios constituem-se nos principais fundamentos que apóiam a definição do perfil acadêmico e profissional dos formandos, os quais são os indicadores das competências[43] gerais e das habilidades[44] específicas que serão desenvolvidas, com a finalidade de alcançá-lo. As competências e as habilidades determinam os conteúdos básicos e os de formação profissional, incluindo aqueles referentes à Educação Básica, uma vez que se trata de um curso de Licenciatura.

A importância do PPP reside no fato do mesmo constituir-se como meio de responsabilizar a coletividade acadêmica pela realização do curso, de preencher o espaço de participação nas decisões que a legislação concede a essa comunidade universitária, promovendo a democratização, propondo inovações educativas, e incorporando as atividades culturais às disciplinares, ou seja, dando ao currículo do curso uma visão ampla de cultura e de educação.

O objetivo do Curso de Letras é o de "formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com linguagens, especialmente a verbal, no contexto oral e escrito e, conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro". Com base nesse objetivo geral, é requerido o desenvolvimento de competências e habilidades, com base na teoria aliada e concomitante à prática que proporcionarão aos formandos identidade profissional para o exercício da docência. Por essa razão os licenciados devem possuir uma formação que revele necessariamente o domínio da Língua Portuguesa e suas literaturas, para atuarem como: professores, pesquisadores, críticos literários, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades.

As múltiplas competências e habilidades, identitárias do profissional a ser formado, se constituíram como ponto de partida para a seleção de conteúdos

[43]Competência é a capacidade de mobilização de recursos cognitivos, afetivos e emocionais que ocorre numa situação determinada, situada e que se manifesta em situações reais, imprevisíveis e contingentes (Campos: 2007).
[44]Habilidades referem-se ao domínio do fazer com eficiência (Campos: 2007).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

relacionados aos Estudos Lingüísticos, Literários e de Formação Pedagógica, a serem percebidos como prática social e, também, como a melhor forma elaborada das manifestações culturais.

No projeto, dois aspectos curriculares são observados: a articulação da reflexão teórico-crítica da prática como característica essencial dos profissionais a serem formados e a abordagem intercultural, incluindo a concepção das diferenças culturais, como um valor antropológico. O apoio do currículo na diferenciação cultural abre espaço ao desenvolvimento da criticidade, a partir do conhecimento das diferentes realidades adquirido por meio da pesquisa, cuja prática se constitui via de acesso à compreensão das diversas formas de elaborar e manifestar as diferentes culturas. Nessa perspectiva, a pesquisa é considerada a atividade acadêmica norteadora do processo de aquisição das competências e habilidades indispensáveis ao exercício da profissão do licenciado em Letras.

A composição curricular do Curso de Licenciatura em Língua Portuguesa é constituída por conteúdos caracterizadores básicos e de formação profissional, os quais são desenvolvidos de forma integrada, de modo que os básicos alicerçam os formadores da profissão, como modo de adquirir as competências e habilidades necessárias à formação profissional. Incluem os estudos lingüísticos e literários, as práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágio, seminários, congressos, projetos de pesquisa, projetos de extensão e a docência.

A função do currículo do Curso de Letras na modalidade proposta neste Projeto Educativo é de refletir sobre a realidade social, em termos de Estudos Lingüísticos e Literários e a partir deles buscar a compreensão da diversidade, como base de sustentação para novas epistemologias. Por exemplo, tendo como hipótese à possibilidade dos atos, fatos e conhecimentos terem sido outros ou que ainda possam vir a ser outros, se as pessoas aprenderem a agir diferentemente, uma vez que a riqueza dos saberes está na diversidade.

A forma de organização do curso é seriada anual e sua carga horária[45] é de 3.200 (três mil duzentas) horas, as quais devem ser integralizadas no tempo mínimo de 4 (quatro) anos e no tempo máximo de 7 (sete) anos. Essa carga horária é distribuída entre prática como componente curricular, estágio curricular

[45]O estabelecimento da carga horária do Curso de Letras pautou-se no inscrito no Art. 3º da Resolução CNE/CSE 18 de 13.03.2002, cumprindo o determinado na Resolução CNE/CES 2 de 19.02.02, integrante do Parecer CNE/CP 028/001.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

supervisionado, conteúdos curriculares de natureza científico-cultural e atividades complementares de caráter acadêmico-científicas.

Na literatura educacional são inscritos dois modelos de formação docente. O modelo da racionalidade técnica, no qual o professor é visto como um especialista, em cuja prática existe o rigor da aplicação das regras oriundas do conhecimento científico e pedagógico e o modelo da racionalidade prática, no qual a autonomia, a reflexão, a criação e a tomada de decisões são características do professor. No PPP do Curso de Letras, a formação docente se enquadra nos moldes do último, pois considerando a prática como eixo da formação e, enquanto componente curricular é vivenciada ao longo do curso em forma de desenvolvimento de atividades práticas, dentro das disciplinas, ocupando um espaço significativo na matriz curricular do curso, sem que seja compreendida como formação em serviço.

No projeto em questão, é observada a valorização da prática sem que a importância da formação teórica seja minimizada, posto que, considerando a vinculação entre teoria e prática, assinala que o embasamento teórico é indispensável na formação de professores tanto quanto a prática. Na verdade, a garantia de uma formação docente de qualidade perpassa pelo domínio de conteúdos específicos ou pedagógicos e pelo contato com a prática, visto que não se efetiva a prática pedagógica sem os conhecimentos teóricos, os quais são ressignificados por ela.

A UEPA, via CCSE, em 2008, objetivando a inserção no Sistema da Universidade Aberta do Brasil, apresentou, à Chamada UAB2, projetos dos cursos de Matemática, Letras, Ciências Naturais e Pedagogia. Com tal finalidade, o PPP do Curso de Letras, tendo em vista a sua oferta na modalidade de ensino a distância, foi redimensionado, no que tange ao modo de organização, ou seja, apresenta o mesmo desenho curricular, mas com a inserção de elementos característicos dessa modalidade de ensino, dentre outros, inserção de sistema tutorial, definição do uso de recursos tecnológicos e estratégias pedagógicas condizentes.

Para a construção de um PPP de cursos de licenciatura, é preciso considerar que a formação de professores para o segundo segmento da educação básica difere da formação daqueles que irão desempenhar sua função nas séries iniciais, pois para aqueles é requerida uma formação mais específica, enquanto

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA

para estes é mais generalista, sem esquecer que as habilidades que cada grupo deve possuir também são diferentes.

À medida que nos interessa mergulhar na realidade social de um dado grupo: a formação dos discentes do Curso de Letras na organização acadêmica de uma dada IES, com seus mecanismos de poder, controle, convivência e reprodução do conjunto da existência social, implica reconhecer que a temática maior, *letramento digital em cursos de licenciatura*, objeto desta pesquisa, é um componente das políticas públicas que atravessa as políticas setoriais e que se inclui no planejamento social. Isso supera as velhas concepções nas quais se situavam a formação discente como temas 'separados' dos grandes temas sócio-políticos e econômicos.

Nessa perspectiva, no próximo Capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa, organizados em tabelas, bem como sua descrição, análise e comparação com a pesquisa já mencionada.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0621145/CA